



BOLETIM 678

Brasília, 31 de outubro de 2018

Previdência: Centrais Sindicais podem parar Brasil se reforma voltar

As centrais sindicais voltam a se reunir nesta quinta-feira (1º) para fazer um balanço das eleições. Entre os temas que serão tratados está a reforma da Previdência Social que o governo de Michel Temer pretende colocar em votação ainda neste ano. Em conversa com o Portal Vermelho Adilson Araújo, presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), reiterou nota das centrais divulgada em setembro. “Se botar para votar o Brasil vai parar”.

“O movimento sindical antes mesmo da eleição já tinha sinalizado em nota unitária das centrais que se botasse para votar a gente iria parar. A decisão é atual e continua viva. A gente não pode ter dúvida que a tempestade é longa e tem muita batalha a ser travada.

Segundo o dirigente, a reforma da Previdência ganha terreno com a vitória de Jair Bolsonaro para a presidência da República. No entanto, Adilson lembrou que para ser colocado em votação muitas articulações estão em jogo como a eleição para a presidência da Câmara Federal, a nova composição do Congresso.

Nesta terça-feira (30), Paulo Guedes indicado para o Ministério da Fazenda no governo de Bolsonaro afirmou que a reforma da Previdência é prioridade do governo. “É a mais importante e a mais rápida”, disse Guedes.



“Não é com a reforma da Previdência que vai resolver a crise econômica. É preciso recuperar obras paradas e retomar o investimento público”, argumentou Adilson.

O advogado especialista em direito previdenciário Sérgio Pardal Freudenthal reafirmou que a Previdência não é deficitária. Segundo ele, os que tem interesse em reformar a previdência juntam as contas da seguridade e da Previdência para retirar benefícios dizendo que é preciso controlar gastos.

“É muito difícil dizer o que propõe o Bolsonaro. Ele não propõe nada. O que temos até agora é que ele pode recuperar a proposta de Collor em 1990, que garantia assistência para quem ganha até 3 salários mínimos e a previdência era privada, cada um fazia a sua. Não tem dúvida que a proposta do fascismo junto com o ultraneoliberalismo é jogar na assistência até um certo limite e privatizar a Previdência dando um baita dinheiro para os bancos”, projetou o advogado.

Fonte: Portal Vermelho



Maia diz que reforma da Previdência é urgente, mas é preciso avaliar clima

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, afirmou que a reforma da Previdência é urgente, mas que é preciso avaliar se há clima para aprovação do texto neste ano. Maia disse que depende das condições de articulação do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para conduzir uma eventual aprovação da proposta encaminhada em 2016 pelo presidente Temer. O texto está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara.

Maia lembrou que faltam dois meses para a atual legislatura acabar e metade dos parlamentares não foi reeleita. "Não é uma articulação simples. Devemos ter paciência, esperar a constituição da transição do governo", disse.

Questionado pela imprensa se seria preferível votar uma outra proposta da Previdência depois que o novo governo tomar posse, Maia disse que não dá para fazer previsão, embora defenda a importância de resolver o déficit do sistema. "Entre o que eu acho e o que nós temos condições de aprovar, é um caminho muito longo. Não posso criar expectativas sobre o que eu ainda não controlo", afirmou.

"Para caminhar nessa discussão, quantos votos a reforma têm (para ser aprovada), eu precisaria começar a trabalhar com alguns líderes, para compreender qual o ambiente da Casa. Hoje, eu não tenho essa informação, se faltam 20, 50, ou se é viável a aprovação do texto", explicou.

Desarmamento - O presidente da Câmara também afirmou que a votação do texto que altera o Estatuto do Desarmamento pode ocorrer ainda neste ano, mas que isso também depende da disposição da Câmara. Ele não marcou prazo para que os parlamentares decidam sobre o tema.

Fonte: Agência Câmara

No país da reforma, o único emprego que cresce é o informal

A taxa de desemprego caiu e a ocupação aumentou no trimestre encerrado em setembro, mas isso aconteceu praticamente sem criação de vagas formais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. "O problema maior desse avanço é que isso se deu em emprego sem carteira e por conta própria. É um resultado favorável, mas voltado para a informalidade e o aumento da subocupação", comenta o coordenador de Trabalho e Rendimento do instituto, Cimar Azeredo.

Mesmo com essa "melhora", o IBGE informa que os chamados "subutilizados" aumentaram em 2,1% em um ano e somam agora 27,3 milhões. E os desalentados cresceram 12,6%, chegando a 4,8 milhões de pessoas, 4,3% da força de trabalho. Esses resultados contrastam com os argumentos dos defensores da "reforma" trabalhista, que falavam em ampla criação de empregos com as mudanças. A Lei 13.467 completará um ano de vigência em 11 de novembro.

No mês passado, a taxa média no país ficou em 11,9%, o que corresponde a uma estimativa de 12,494 milhões de desempregados. São 474 mil a



menos (-3,7%) em relação a junho e menos 469 mil (-3,6%) na comparação com setembro de 2017.

O nível de ocupação cresceu 1,5% no trimestre, com acréscimo de 1,384 milhão de pessoas no mercado de trabalho, para um total de 92,622 milhões. Mas desse contingente a mais, 522 mil são empregados sem carteira no setor privado (4,7%), 432 mil são trabalhadores por conta própria (1,9%) e 88 mil, sem carteira no setor público (3,6%). O emprego com carteira assinada fica praticamente estável.

Se a comparação é com setembro do ano passado, a ocupação cresce 1,5%, com mais 1,325 milhão de pessoas. Apenas os empregados sem carteira no setor privado têm aumento de 601 mil (5,5%). E os trabalhadores por conta própria são mais 586 mil (2,6%). A categoria de empregadores, na qual se pode considerar o empreendedorismo, também cresce, 4,3% (184 mil).

Sem carteira - Assim, o país passou de 33,3 milhões de empregados com carteira assinada no setor privado, um ano atrás, para 32,9792, menos 327 mil. Os sem carteira aumentaram de 10,910 milhões para 11,511 milhões. E os trabalhadores por conta própria foram de 22,911 milhões para 23,496 milhões.

Em um ano, a participação dos empregados com carteira no total de ocupados caiu de 36,5% para 35,6%. Os sem carteira foram de 11,9% para 12,4% e os autônomos, de 25,1% para 25,4%.

Fonte: Rede Brasil Atual

Luta por direitos deve se intensificar com Bolsonaro

Para o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) insere o Brasil em um movimento de mudança radical que pode avançar tanto para a direita como para o seu extremo, e força uma nova disputa por direitos, liberdade, democracia e justiça. "Nesse novo mundo, que do ponto de vista econômico está sendo desmontado e remontado de uma outra maneira, teremos quatro anos de muita luta pela frente", antecipa Clemente.

Entre as mudanças intencionadas pela equipe econômica de Bolsonaro, representada principalmente por Paulo Guedes, futuro ministro da Fazenda, ele destaca a privatização das empresas estatais e a redução dos impostos para os mais ricos o que, segundo o diretor do Dieese, poderá aumentar a desigualdade na participação tributária. Além disso, Clemente chama a atenção para a proposta da carteira de trabalho verde e amarela, que minimiza a participação dos sindicatos e permite que prevaleça o negociado sobre o legislado, e a reforma da Previdência, já sinalizada nesta segunda-feira (29).

"Há um conjunto de manifestações que foram apresentadas, mas nunca como um programa ou plataforma estruturada a qual a sociedade brasileira soubesse no que estava votando", avalia o diretor técnico, em entrevista à jornalista Marilu Cabañas, da Rádio Brasil Atual. Segundo ele, dentro de um período histórico no qual os direitos trabalhistas e sociais vêm sendo reduzidos, o projeto de Bolsonaro garante chancela ao avanço do neoliberalismo.

Fonte: Rede Brasil Atual



Plano de demissão da Eletrobras antecipa privatização, alerta FNU

A Eletrobras anunciou a prorrogação até o dia 9 de novembro do Plano de Demissão Consensual (PDC). Para o diretor da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) Fernando Pereira, a redução do quadro de funcionários deve resultar em uma piora na qualidade do serviço e prepara as empresas do sistema elétrico para uma eventual privatização pelo governo Bolsonaro.

Ele classifica a prorrogação do PDC, uma "reabertura", uma espécie de "intimidação" aos funcionários para que optem agora pela saída, frente a um possível cenário mais nebuloso no futuro. Contudo, ele diz que a alta do desemprego desestimula os trabalhadores a se desligarem.

Até o momento, o plano de demissão, que também inclui funcionários da Cepel, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobras (CGTEE), Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Amazonas GT, Eletrosul e Furnas, contou com a adesão de 733 empregados. O objetivo é atingir 2,4 mil funcionários com mais de dez anos de casa e que, portanto, recebem melhores salários, o que renderia uma economia estimada de cerca de R\$ 1 bilhão anual, segundo a Eletrobras.

O diretor dos urbanitários explica que esses funcionários com mais de uma década de serviços prestados passaram por longos períodos de treinamento e especialização e que a sua saída deve precarizar o fornecimento de energia aos consumidores domésticos e industriais. "Na medida em que se substitui esse quadro especializado por pessoas com menos qualificação, que ganham menores salários, a tendência é precarizar a prestação dos serviços. Eles só estão preocupados, infelizmente, com os custos desses trabalhadores, e não com a qualidade."

Ele diz que o serviço prestado até o momento é de "excelência", com raros casos de interrupção no fornecimento de energia. Já com o corte dos funcionários mais experientes, ele prevê o aumento nos casos de desligamento. "É um sistema que tem uma continuidade, e assim todo mundo é beneficiado, a população é beneficiada e principalmente as indústrias, que consomem muita energia. Quem vai ser o maior prejudicado é o consumidor", afirma Pereira.

A privatização do sistema, alerta Fernando, acarretaria ainda no aumento da tarifa de energia para os consumidores. Ele cita distribuidoras de energia recém-privatizadas que reajustaram os preços bem acima da inflação, como a Cemar, distribuidora do Maranhão, que em agosto reajustou a tarifa em 16%, para uma inflação anualizada em 4,5%, segundo IPCA do IBGE.

Apesar da redução de quadro, o dirigente afirma que o novo governo não deve conseguir realizar a venda das empresas, num primeiro momento, tanto por ser uma questão que causa divergências no interior da própria equipe – com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizando pela venda, e o presidente eleito, Jair Bolsonaro, dizendo o contrário –, quanto pela própria resistência dos trabalhadores."

Fonte: Rede Brasil Atual



Ministério institucionaliza a Escola do Trabalhador

O Ministério do Trabalho divulgou portaria que institucionaliza a Escola do Trabalhador e que possibilitará a ampliação das ações de qualificação profissional para além da plataforma digital. A portaria estabelece que a gestão da Escola do Trabalhador deve ocorrer de forma articulada com entes públicos e privados que fazem a qualificação e requalificação profissional.

Segundo o diretor de Políticas de Empregabilidade do Ministério do Trabalho, Higino Brito Vieira, a Escola do Trabalhador é uma política pública testada, aprovada e reconhecida. Serão reservados, ainda, espaços dentro das Superintendências Regionais do Trabalho e das Agências do Sine para que os trabalhadores acessem os cursos online da Escola do Trabalhador por meio de computadores disponibilizados nesses locais.

A Escola do Trabalhador já alcançou 580 mil matrículas e ultrapassou o número de 380 mil alunos inscritos, matriculados em um ou mais cursos disponíveis.

Fonte: MTb

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS



ELEIÇÕES DEMONSTRAM UNIDADE DA CATEGORIA

Uma chapa única foi apresentada para as eleições que renovarão, nos próximos dias 28 e 29 de novembro, a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira do Estado da Bahia (SINTRACOM-BA). A chapa é presidida pelo companheiro Carlos Silva de Jesus, tendo na Tesouraria Raimundo Brito, também conselheiro fiscal da CONTRICOM.

Trata-se de um dos sindicatos mais importantes da categoria naquele Estado, com 8 mil associados e cuja representação abrange quase 300 municípios baianos, sendo filiado à FETRACOMBASE e à CONTRICOM.

O Secretário-Geral da CONTRICOM, Miraldo Vieira, que está acompanhando o processo eleitoral do Sindicato, avalia que “a apresentação de uma chapa única é a demonstração de unidade da categoria que, mais do que nunca, necessitará de uma entidade forte para lutar pelos seus direitos”.

Já o presidente da Confederação, Altamiro Perdoná, enviou a seguinte mensagem: “Estou certo de que o Sindicato estará em boas mãos sob a presidência do companheiro Carlos Silva de Jesus, tendo na Tesouraria outro dirigente sindical de grande valor, que é o Raimundo Brito, nosso conselheiro Fiscal na CONTRICOM, integrantes da chapa única que foi apresentada. Desejo muito êxito nos trabalhos da nova diretoria para o próximo mandato, colocando nossa Confederação à disposição da luta que será árdua, mas indispensável em defesa dos interesses dos trabalhadores e suas organizações”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM